

A NOSSA TERRA É A NOSSA VIDA

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

21 DE JUNHO DE 2021

8H DAKAR, 9H ABUJA/LONDRES, 10H BRUXELAS/JOHANNESBURG, 11H NAIROBI

CONTEÚDO DO KIT DE IMPRENSA

COMUNICADO DE IMPRENSA	2
LÍDERES AFRICANOS DA SOCIEDADE CIVIL E DA FÉ APELAM A UMA ACÇÃO URGENTE NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA - EUROPEIA SOBRE AGRICULTURA	2
BRIEFINGS SOBRE QUESTÕES-CHAVE.....	4
1. O IMPULSO DO PESTICIDA E O SEU IMPACTO NOS SISTEMAS ALIMENTARES AFRICANOS.....	4
2. A TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA	5
3. DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES À TERRA.....	7
4. DIREITOS DA TERRA.....	9
5. TRATADO DE VINCULAÇÃO DA ONU	11
Contexto de poder corporativo e impunidade:...	Error! Bookmark not defined.
Principais reivindicações dos movimentos sociais e dos povos afectados para o texto do tratado da ONU:	Error! Bookmark not defined.
6. CUIDAR DA NOSSA CASA COMUM E ASSEGURAR AS VOZES DA COMUNIDADE AFRICANA.....	14
CONTACTOS CHAVE.....	15

COMUNICADO DE IMPRENSA

LÍDERES AFRICANOS DA SOCIEDADE CIVIL E DA FÉ APELAM A UMA ACÇÃO URGENTE NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA - EUROPEIA SOBRE AGRICULTURA

A sociedade civil africana e os líderes religiosos da Nossa Terra é o apelo da Nossa Aliança de Vida aos Ministros da Agricultura africanos e europeus para assegurarem que as preocupações e necessidades reais do povo africano sejam plenamente atendidas na sua reunião ministerial de 22 de Junho.

A conferência de ministros reúne os ministros da agricultura da UA e da UE para discutir os progressos na agenda de acção sobre agricultura adoptada em Julho de 2019, e a pandemia da COVID-19. Grande parte da agenda de 9 pontos concentra-se na criação de um ambiente propício aos interesses das grandes empresas. É importante notar que a Orientação da OCDE sobre Cadeias de Abastecimento Agrícola Responsável da FAO apela à identificação sistemática dos riscos e potenciais impactos negativos associados ao agronegócio (ou seja, envenenamento por pesticidas dos agricultores, risco aos direitos de posse da terra e utilização sustentável dos recursos, incluindo o risco à biodiversidade e aos direitos de sementes dos agricultores.) Preocupa-nos que a agenda não esteja presentemente a abordar as grandes questões que a África enfrenta e gostaríamos de fazer sugestões para permitir que a agenda funcione melhor para África.

- A impunidade da captura corporativa dos recursos naturais africanos e os danos que isto está a causar aos sistemas alimentares africanos, ao nosso ambiente, aos nossos solos, terras e água, à nossa biodiversidade, à nossa nutrição e saúde é uma grande preocupação.
 - "Quando os Ministros discutem o aumento do comércio agro-industrial (acção 1), a segurança alimentar (acção 5) e a melhoria da sustentabilidade ambiental (acção 9), estão a garantir que as empresas europeias não estão a exportar pesticidas químicos altamente perigosos para África que são proibidos de vender na Europa? E que é dada prioridade aos governos africanos que regulamentam e proíbem eficazmente a utilização de pesticidas tóxicos? Tem de se pôr fim ao envenenamento por pesticidas, quer se trabalhe em explorações agrícolas ou se coma os produtos nos nossos pratos" insiste Anne Maina da BIBA/Kenya Biodiversity Coalition.
- A necessidade de mudança transformacional na agricultura e na produção alimentar.
 - O Dr. Million Belay, Coordenador Geral da Aliança para a Soberania Alimentar em África diz: "A Agroecologia deve ser colocada na agenda dos Ministros. Entre 60 - 80% dos Africanos são pequenos agricultores. As plataformas agro-alimentares (acção 1) e as soluções digitais (acção 3) não irão resolver os seus problemas. Embora haja um historial comprovado de abordagens Agroecológicas que mostram um enorme potencial de criação de empregos para os jovens, contribuem para dietas saudáveis e comunidades agrícolas mais resilientes.
- Os direitos da terra são a pedra angular da justiça fundiária e dos meios de subsistência rurais.
 - "As mulheres estão cansadas de esperar. O desafio continua a ser para os líderes políticos ter em conta a injustiça dos direitos da terra que as mulheres africanas

enfrentam", diz Lungisa Huna, Co-Directora da Assembleia da Mulher Rural. ¹O relatório da FAO sobre a segurança alimentar em África em 2020 constata que 256 milhões de pessoas continuam com fome em África, sendo as mulheres rurais - os principais produtores de alimentos - as mais pobres e menos bem nutridas. ²

- "É vital assegurar a terra e os recursos naturais da comunidade - a fundação dos sistemas alimentares locais e a principal ligação espiritual com a natureza. Sem segurança da terra³, não há futuro para as comunidades camponesas", diz Massa Kone da Global Convergence for the Struggle for Land, Water and Farmers' Seeds (CGLTE).
- "Apelamos ao apoio total dos nossos governos às negociações em curso com vista a um Tratado vinculativo da ONU sobre empresas transnacionais, como uma ferramenta muito necessária para aceder à justiça, reparações e prevenir futuras violações dos direitos humanos por parte de grandes empresas poderosas que muitas vezes conseguem ficar impunes", diz Erika Mendes da Justiça Ambiental JA! - Amigos da Terra Moçambique.
- Precisamos de cuidar da nossa casa comum e assegurar as vozes da comunidade africana nas mesas de definição de políticas e de negociação.
 - O Padre Germain Rajoelison do Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SECAM) partilha o apelo urgente do Papa para enfrentar a actual crise ecológica, fazendo uma mudança de paradigma que permitirá a todos os seres humanos viverem de forma sustentável e digna. Exorta "a UA e a UE a envolverem-se sinceramente com a sociedade civil e as comunidades de fé africanas para assegurar a sua participação significativa no processo de parceria África UE".

FIM

Para mais informações ou entrevistas, queira contactar:

- Anne Maina, BIBA/Kenya Biodiversity Coalition anne.maina@kbioc.org
- Dr. Million Belay, Coordenador Geral da AFSA million.belay@afsafrica.org
- Lungisa Huna, Co-Directora, Assembleia da Mulher Rural. lungi@tcoe.org.za
- Massa Kone, Porta-voz, CGLTE. kmassa26@gmail.com
- Erika Mendes, Justiça Ambiental JA! - Amigos da Terra Moçambique erikasmendes@gmail.com
- Padre Germain Rajoelison, SECAM, g.rajoelison@gmail.com

O grupo de coordenação A Nossa Terra é a Nossa Vida é composto por líderes da Aliança para a Soberania Alimentar em África (AFSA), o Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar (SECAM), Convergence Globale des luttes pour la terre et l'eau en Afrique de l'ouest (CGLTE), Assembleia de Mulheres Rurais (RWA), Africa Europe Faith and Justice Network (AEFJN), e The Pan-African Institute for Citizenship, Consumers and Development (CICODEV).

¹ FAO, ECA e AUC. 2020. *Panorama Regional Africano de Segurança Alimentar e Nutricional 2019*
<http://www.fao.org/3/ca7343en/CA7343EN.pdf>

² https://unstats.un.org/unsd/gender/downloads/WorldsWomen2015_chapter8_t.pdf

³ https://www.misereor.org/fileadmin/user_upload_misereororg/publication/en/foodsecurity/study-LSLA.pdf

1. O IMPULSO DO PESTICIDA E O SEU IMPACTO NOS SISTEMAS ALIMENTARES AFRICANOS

Resumo para conferência de imprensa, ^{21 de} **Junho** por Anne Maina, Coordenadora Nacional, Biodiversity and Biosafety Association of Kenya (antiga Kenya Biodiversity Coalition)

BIO: Anne Maina desafia soluções falsas a serem empurradas para África como a engenharia genética, a revolução verde e os pesticidas tóxicos. Ela articula estas questões na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) e na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Anne é a Coordenadora Nacional da Associação da Biodiversidade e Biossegurança do Quênia (antiga Coligação da Biodiversidade do Quênia).

A utilização de Pesticidas Altamente Perigosos (HHPs) tem aumentado ao longo dos anos. Estes contêm níveis particularmente elevados de riscos agudos ou crónicos para a saúde e o ambiente. Estes HHP têm sido comprovadamente mutagénicos, cancerígenos e causam doenças endócrinas e reprodutivas. Além disso, a maioria tem sido considerada altamente tóxica para polinizadores como abelhas e animais aquáticos. Estes pesticidas tóxicos estão a ameaçar a saúde dos agricultores, trabalhadores agrícolas e consumidores; e globalmente causaram 385 milhões de intoxicações agudas não intencionais por pesticidas em 2019.

A impunidade da captura corporativa dos recursos naturais africanos e os danos que isto está a causar aos sistemas alimentares africanos, ao nosso ambiente, aos nossos solos, terras e água, à nossa biodiversidade, à nossa nutrição e saúde é uma grande preocupação. Quando os Ministros discutem o aumento do comércio do agronegócio (acção 1), a segurança alimentar (acção 5) e a melhoria da sustentabilidade ambiental (acção 9), estão a garantir que as empresas europeias não estão a exportar pesticidas químicos altamente perigosos para África que estão proibidos de vender na Europa? E essa prioridade é dada aos governos africanos que regulamentam e proíbem eficazmente a utilização de pesticidas tóxicos. Tem de se pôr fim ao envenenamento por pesticidas, quer se trabalhe em explorações agrícolas ou se coma os produtos nos nossos pratos.

Congratulamo-nos com a recomendação da FAO para a identificação e revisão da necessidade de usar HHP e promover o uso de estratégias alternativas de gestão de pragas e promover a investigação para o desenvolvimento. A FAO recomenda igualmente a política de substituição das PHP e a prestação de conselhos e informações suficientes aos utilizadores.

Esta deve ser também uma questão para a parceria europeia africana. Não só porque os produtos pesticidas e ingredientes activos proibidos na UE devido a preocupações sanitárias ou ambientais são exportados para fora da UE por empresas agroquímicas e vendidos noutras regiões do mundo, incluindo África. Consideramos isto uma violação das obrigações de diligência devida em termos de direitos humanos. As empresas agroquímicas na Europa ou na Ásia beneficiam de regulamentações mais fracas no Sul Global e, em particular, em África.

No Quênia, por exemplo, houve um aumento do volume de insecticidas, herbicidas e fungicidas importados que duplicou em quatro anos, de 6.400 toneladas em 2015 para 15.600 toneladas em 2018, com uma taxa de crescimento de 144%. Há uma necessidade urgente de parar qualquer comércio de HHC, e de investigar este comércio ilegítimo e colocá-lo no topo da agenda da parceria europeia africana para trabalhar no sentido de prevenir quaisquer danos causados ao povo africano e ao seu ambiente.

2. A TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA

Million Belay PhD, Coordenador Geral da AFSA million.belay@afsafrika.org

BIO: O Dr Million Belay é o Coordenador Geral da Aliança para a Soberania Alimentar em África (AFSA) e membro do Painel Internacional de Peritos em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food). A AFSA reúne pequenos agricultores, pastores, pescadores, povos indígenas, comunidades religiosas, consumidores, mulheres e jovens de toda a África para criar uma voz unida em prol da soberania alimentar.

Em África, a alimentação é um direito humano básico, não uma mercadoria nas mãos de uns poucos seleccionados que determinam os preços através das suas indústrias alimentares. A alimentação define a nossa cultura e património: uma fonte de nutrição e saúde, um medicamento, um ritual, uma celebração.

Em África, como em grande parte do Sul global, a agricultura⁴ é um pilar fundamental da economia e proporciona um meio de subsistência e um espaço de vida para a maioria da sua população. A agricultura é um importante ponto de entrada para intervenções que podem potencialmente proporcionar uma série de benefícios, incluindo uma maior segurança alimentar e nutricional, benefícios ambientais e resiliência às alterações climáticas. A agricultura também desempenha um papel importante na coesão e cultura da comunidade. A forma como a agricultura é considerada através da política, financiamento e implementação tem um profundo impacto na economia, sistemas alimentares, nutrição, justiça social e ambiente. Apelamos aos decisores políticos europeus e africanos para que consagrem os seguintes imperativos no desenvolvimento da estratégia UE-UA:

- Reconhecer, valorizar e apoiar o enorme potencial da agroecologia* para aumentar de forma sustentável a segurança alimentar e a soberania alimentar, reduzindo a pobreza e a fome enquanto se preserva a biodiversidade e se respeita o conhecimento e a inovação indígenas.
- Reconhecer a agricultura familiar de pequena escala como um modelo estrutural viável para o desenvolvimento do sector agrícola.
- Acelerar a transformação para sistemas alimentares sustentáveis através de políticas de apoio e incentivos financeiros que protejam e melhorem o acesso dos produtores de alimentos à terra, sementes, água, crédito, e mercados locais.
- Repensar urgentemente a abordagem do desenvolvimento agrícola em África, inverter a ligação aos sistemas agrícolas industriais e recentrar-se num modelo holístico, sustentável e culturalmente apropriado.
- Apoiar e desenvolver o conceito de sistemas alimentares territoriais, ⁵descentralizar a adição de valor, estimular a economia rural, localizar a governação e reforçar as cadeias de valor onde tanto alimento é actualmente desperdiçado.
- Parar a comoditização dos recursos naturais de África, comprados e vendidos por corporações multinacionais e elites locais. As gerações futuras precisam de terra produtiva e de solo vivo suficiente para alimentar e prover meios de subsistência para as suas famílias e descendentes, e manter a sua integridade cultural.

⁴ Neste documento, o termo "agricultura" é utilizado para abranger o pastoreio, a pesca, as colheitas selvagens, a caça e a utilização e gestão comunitária dos recursos naturais e ecossistemas (zonas húmidas, florestas, savanas, etc.)

⁵ https://www.righttofoodandnutrition.org/files/Watch_2016_Article_4_eng_Territorial%20Food%20Systems.pdf

*Agroecologia é uma disciplina integradora que reconhece a relação entre plantas, animais, seres humanos e o ambiente - a ecologia dos sistemas alimentares.⁶ O Centro de Conhecimento sobre Segurança Alimentar e Nutricional Global⁷ da Comissão Europeia reconhece que a agroecologia pode desempenhar um papel chave no aumento da resiliência e ilustra as interligações entre a agroecologia e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, citando os 13 princípios da agroecologia desenvolvidos pelo relatório HLPE 2019 sobre Agroecologia⁸ e outras inovações. A agroecologia fornece um conjunto transformador de princípios que os agricultores aplicam em qualquer escala para reiniciar o ecossistema da terra de modo a torná-lo funcionar de forma eficiente e auto-suficiente.⁹ O Painel de Peritos de Alto Nível da UNCFs demonstrou que as abordagens agroecológicas são superiores a outras em termos de segurança alimentar e nutricional.¹⁰ Uma análise¹¹ de 50 estudos de casos de agroecologia em África¹² mostrou a sua forte contribuição para satisfazer a ambição dos ODS, com maior acesso a alimentos seguros e nutritivos, maior produtividade e rendimentos, sistemas de produção sustentáveis, e aumento da biodiversidade.

⁶ <https://afsafrica.org/wp-content/uploads/2019/07/know-agroecology-a-media-guide-for-journalists-and-communicators.pdf>

⁷ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/sites/know4pol/files/agroecology_brief_final_10102019.pdf

⁸ <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>

⁹ https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2018/04/EN_The_Principles_of_Agroecology_CIDSE_2018.pdf

¹⁰ <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>

¹¹ <https://www.ileia.org/2016/09/22/agroecology-contributes-sustainable-development-goals/>

¹² <https://afsafrica.org/case-studies-agroecology/>

3. DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES À TERRA

Por Lungisa Huna, Co-Directora, Assembleia da Mulher Rural, lungi@tcoe.org.za

BIO: Lungisa Huna é uma Activista dos Direitos Sociais e das Mulheres. É Co-Directora da Assembleia da Mulher Rural, um movimento regional de mulheres.

A Assembleia da Mulher Rural é um movimento regional auto-organizado com pouco mais de 100 000 mulheres rurais membros em dez países dentro da região da SADC. Os países membros incluem Eswatini (Suazilândia), Lesoto, Namíbia, África do Sul, Malawi, Moçambique, Maurícias, Madagáscar, Zâmbia, e Zimbabué. Na primeira reunião da Assembleia da Mulher Rural em 2009, a liderança de referência escolheu "**Somos os Guardiões da Terra, Vida, Sementes e Amor**" como slogan para orientar a nossa abordagem e relação com a natureza e a humanidade. Para a RWA identificámos a terra não simplesmente como um "factor económico" mas como um lugar de pertença, como um território comum, como a nossa identidade, o nosso património e, mais importante ainda, como vida, pelo que iniciámos um processo de redefinição, remodelação e reimaginação da nossa relação com a terra. Esta relação com a terra está também no centro do nosso desafio ao patriarcado e ao poder.

A redistribuição de terras na maior parte da região não é um processo transparente e que deixa as mulheres marginalizadas devido ao porão patriarcal à propriedade da terra. As terras disponibilizadas às mulheres negras agricultoras continuam a ser prescritivas em termos de produção e da sua relação com o sucesso. A Declaração da UA sobre questões e desafios da terra em África 2009 e a Declaração de Malabo "sobre o crescimento agrícola acelerado e a transformação de 2014", que obrigava os Estados a atribuir um orçamento adequado para o desenvolvimento de políticas, implementação e acompanhamento do progresso, melhorando o acesso e a segurança da posse da terra pelas mulheres como prioridade chave e 100% do agregado familiar agrícola a ter a propriedade ou assegurar direitos de terra até 2025. Queremos que estas declarações sejam honradas pelos nossos governos.

Na região, os membros da RWA estão a lidar com a apropriação de terras, acesso a terras produtivas com água e violência contra a propriedade de terras por mulheres. Alguns exemplos destas lutas são discutidos abaixo.

- O Zimbabué assinou recentemente um Acordo Global de Compensação para cumprir o Acordo Bilateral, mas a probabilidade de isto afectar o acesso das mulheres à terra é maior do que anteriormente. O Zimbabué também abrandou a sua revisão da política de terras devido à COVID-19 e as mulheres sentem o peso de não poderem possuir terras e o processo não avançar tão depressa como deveria. Além disso, em algumas partes do Zimbabué, as comunidades enfrentam despejos nas mãos de inventores e promotores chineses.
- A África do Sul está a lidar com um lento processo de redistribuição de terras e a campanha chave no país está centrada em torno de One Woman - One Hectare. Também na África do Sul, há também garras de terra e expulsões.

Na RWA, acreditamos que as mulheres sabem de que tipo de acesso à terra e de exploração da terra necessitamos. Como mulheres, ter acesso e controlo sobre a terra e o território dá-nos maior independência. Não temos de ficar em situações de abuso. As subvenções sociais não são suficientes por si só, precisamos de terra. De facto, as subvenções sociais são uma opção fácil a curto prazo, não desafiam o status quo, não desafiam o patriarcado ou os padrões raciais da agricultura comercial.

Sabemos que as mulheres rurais têm muitos constrangimentos e problemas que tinham sido discutidos e que são destacados mais adiante:

- As mulheres não têm os mesmos direitos à terra que os homens;
- O direito das mulheres à terra é normalmente limitado por práticas culturais - os seus direitos culturais são mediados através do seu estado civil e dos homens (pais/próximos parentes/chefes/grafões).
- Mesmo que as mulheres tenham direitos legais, estes nem sempre são implementados devido a conflitos com a tradição e práticas culturais.
- As mulheres rurais estão a ser afectadas pela aquisição e desapropriação de terras. Mas mesmo quando as negociações ocorrem, as mulheres não são incluídas.
- As mulheres são marginizadas e vulneráveis
- A África assumiu vários compromissos para o empoderamento das mulheres, mas os nossos governos não estão a implementar os compromissos

As nossas propostas de alternativas incluem:

- As mulheres devem ter as mesmas terras e direitos de tomada de decisão, sob controlo comunitário, não controlados apenas pelos chefes. Os compromissos da UA, UE e SADC para com a igualdade de género não devem resultar em "políticas do papel" e "direitos do papel", mas têm de ser implementados.
- Dizemos "NÃO" à mercantilização de terras que converte aquilo que é por tradição um bem público comum num bem que só as elites e os ricos se podem permitir.
- Os nossos governos devem fornecer subsídios que apoiem os direitos das mulheres à terra e os direitos agrícolas - dando prioridade à produção de alimentos.
- O acesso à terra para a produção cria maior independência económica para as mulheres, incluindo os trabalhadores sazonais e os pescadores.
- Uma lei de redistribuição de terras que dá prioridade às mulheres e ao número de hectares para elas.
- Terra arável que é boa para a produção de alimentos com água.

A RWA reconhece que só temos uma casa e que tudo no nosso planeta está ligado através da teia da vida. As mulheres rurais estão a construir novas ecologias e redes de solidariedade expressas no slogan evolutivo dos guardiões da vida, sementes, amor, terra e oceanos baseado na protecção da fonte e no desenvolvimento de sistemas de suficiência.

A RWA continua a colocar ênfase na importância de globalizar esta luta, construindo esperança e solidariedade.

4. DIREITOS DA TERRA

Direitos da terra: apropriação de terras, violação excessiva dos direitos humanos, violação da dignidade das comunidades e destruição das suas terras sob o pretexto de investimentos.

Massa KONE, porta-voz da CGLTE OA

Desde Dakar 2011, a necessidade de convergência dos nossos esforços tornou-se evidente para nós, movimentos sociais, especialmente aqueles que trabalham na terra, água, agro-ecologia camponesa, pecuária e pesca, em suma, todos os recursos naturais, devido à extensão do fenómeno da apropriação da terra. Daí o estabelecimento de uma dinâmica chamada Convergência Global das Lutas pela Terra e Água da África Ocidental (CGLTE WA). Com o objectivo de :

- Levar as nossas reivindicações e propostas comuns às instituições regionais e internacionais e também sensibilizar as comunidades para as questões, políticas e processos em curso.
- Apoiar as lutas e assegurar que os direitos colectivos são respeitados.

Falar de direitos de terra levar-nos-á a abordar esta guerra entre legitimidade e legalidade, cujos fios são puxados pelos capitalistas com uma visão de mercantilização da terra, especialmente das terras aráveis. A legitimidade é o direito costumeiro conferido às comunidades pelo uso contínuo dos recursos naturais e numa visão que respeita a função social da terra. Por outras palavras, a terra é mais do que uma mercadoria, é a identidade cultural, a dignidade e o marco histórico das comunidades e mesmo de toda uma nação. Ao contrário da legalidade, que com um pedaço de papel adquirido na sua maior parte através da corrupção e da violação dos direitos humanos está numa lógica de mercantilização excessiva da terra com a introdução de um modelo destrutivo de agricultura, particularmente da terra, e mesmo da biodiversidade.

Por exemplo, na região de Segou no Mali, no âmbito da parceria público-privada sob o pretexto de investimento na agricultura apoiada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), foram concedidos 20.000 hectares a um operador económico (CAI SA), dos quais mais de 800 hectares foram desapossados das comunidades de Sanamandougou em condições desumanas que levaram à prisão, à morte e à saída de várias pessoas do campo. Estas terras são contíguas às diferentes aldeias que foram vitimadas, as populações estão regularmente doentes devido aos químicos utilizados pelo operador e o ecossistema da área está a desaparecer. Este ano, estas aldeias foram vítimas de inundações nunca vistas na sua história.

O outro exemplo diz respeito ao círculo San nas comunas de N'Goa e Djeguena, no âmbito do desenvolvimento do Tallo Threshold. Na mesma política de investimento no domínio da agricultura por parte do BAD. As comunidades de sete aldeias geograficamente instaladas na planície foram vítimas de violência policial atroz, com mortes, celeiros e várias propriedades queimadas, 48 pessoas presas pelo facto de as comunidades terem de cumprir a decisão do administrador e as condições do investimento.

Em conclusão, a política de investimento no domínio da agricultura e qualquer outra parceria necessita de uma enorme mudança. No sentido de que esta política apenas conduziu a conflitos, desintegração e migração. Não contribui nada para o desenvolvimento local e sustentável e nada para o respeito dos direitos humanos e da dignidade. Não beneficia as comunidades rurais, pois estas não se adaptam ao seu modo de vida e de trabalho.

Finalmente, porque não apoiar as comunidades com ferramentas adaptadas que lhes permitam assegurar a soberania alimentar e a gestão sustentável da terra em agroecologia camponesa?

5. TRATADO DE VINCULAÇÃO DA ONU

por Erika Mendes, Justiça Ambiental JA! - Amigos da Terra Moçambique. Email:

erikasmendes@gmail.com

BIO: Erika Mendes é uma activista social e ambiental e membro da Justiça Ambiental - Amigos da Terra Moçambique, onde coordena o projecto de impunidade empresarial e direitos humanos. É a coordenadora regional para África do programa Justiça Económica Resistente ao Neoliberalismo na Friends of the Earth International.

Exigir uma forte legislação vinculativa a nível internacional para impedir a captura corporativa dos recursos naturais e sistemas alimentares africanos - o processo para um tratado da ONU sobre empresas transnacionais e direitos humanos

Contexto de poder corporativo e impunidade:

- Enorme assimetria de poder entre os governos africanos e as empresas transnacionais globais. Muitas destas TNCs têm orçamentos maiores do que nações africanas inteiras e são capazes de influenciar, moldar e diluir as leis e políticas nacionais existentes que supostamente visam regulamentá-las, uma vez que pressionam os governos a flexibilizar e enfraquecer as suas regulamentações ambientais, laborais e fiscais;

- Cadeias de valor globais complexas e multiníveis de TNCs tornam mais difícil regulamentá-las adequadamente a nível nacional ou mesmo regional - têm estruturas opacas de controlo e a capacidade de se esconderem atrás de uma subsidiária doméstica local e evitam uma responsabilização adequada pelos danos causados;

- A arquitectura do comércio bilateral internacional e da UE com África também confere às empresas poderes sem precedentes - tais como o poder de processar os governos através do mecanismo de Resolução de Litígios entre Investidores e Estados contido em muitos Acordos de Comércio Livre e Tratados Bilaterais de Investimento, sempre que estes governos regulamentam contra os interesses da empresa.

- Provas esmagadoras de que estas corporações estão a ser capazes de lucrar com estas violações no continente e permanecer em impunidade, desde a poluição petrolífera causada pela Shell na Nigéria até às grandes landgrabs do agronegócio de Recursos Verdes e SIAT, que empobrecem as comunidades rurais e exacerbam a insegurança alimentar, e contribuem para uma enorme perda de agrobiodiversidade (à escala global).

O caminho a partir de um ponto agrícola de view→ apoia e protege a agroecologia, a agricultura de subsistência (e perspectivas de subsistência rural), a gestão florestal comunitária e a posse de terras comunitárias, a fim de capacitar e empregar as comunidades rurais em África, reduzir a fome e a desigualdade e marchar para uma produção e hábitos de consumo alimentar mais sustentáveis e saudáveis.

Mas como conseguir isto num contexto de captura corporativa, e de modelos de desenvolvimento liderados por empresas que despojam as comunidades rurais das suas terras e as obrigam a utilizar sementes OGM e pesticidas subsidiados, criminalizando ao mesmo tempo a troca de sementes nativas?

Estas questões estão profundamente relacionadas com os pontos 5, 6, e 9 da agenda de acção agrícola europeia africana adoptada em Julho de 2019, uma vez que visam reforçar a governação da segurança alimentar (ponto nº 5), reforçar as organizações de agricultores (ponto nº 6) e melhorar a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática e a agrobiodiversidade no sector agrícola (ponto nº 9).

Para lidar com a captura global de empresas e a impunidade que tem tido um forte impacto no sector agrícola, e os desafios esmagadores do nosso tempo, incluindo as crises alimentar, de biodiversidade e climática, movimentos sociais e povos afectados de todo o mundo - especialmente do Sul global, onde as violações mais brutais estão a acontecer - têm vindo a exigir um acordo global vinculativo que possa proporcionar uma via para perseguir a justiça, reparações e garantias de não repetição de violações, mesmo quando os governos locais são incapazes ou não estão dispostos a fazê-lo.

O processo de negociação de um tratado vinculativo da ONU sobre TNCs e RH está em curso desde 2015, e pode fornecer esta ferramenta tão necessária para enfrentar a impunidade empresarial, se proporcionar um mecanismo forte que possa ser efectivamente aplicado. Para que isso aconteça, os governos de todas as regiões precisam de intervir e participar construtivamente no processo, e não apenas das regiões mais afectadas pela impunidade empresarial, como tem acontecido até agora. A UE tem estado largamente ausente das negociações propriamente ditas - apesar de afirmar o seu apoio ao processo. E as negociações do tratado estão ausentes da agenda de parceria da UA com a UE.

A UE deve começar a empenhar-se proactivamente no apoio ao tratado vinculativo da ONU, a fim de impulsionar um quadro global que regule as actividades das TNCs, muitas das quais sediadas na Europa. A UE deve também reconhecer o papel de liderança que os governos do sul e os povos afectados precisam de ter na formação do futuro tratado, uma vez que têm experimentado em primeira mão o obstáculo à justiça quando tentam fazer justiça a partir de crimes empresariais.

Principais reivindicações dos movimentos sociais e dos povos afectados para o texto do tratado da ONU:

1. O âmbito do tratado deve ser sobre as empresas transnacionais;
2. Deve reafirmar a primazia dos direitos humanos sobre os acordos comerciais e de investimento;
3. Deve incluir obrigações legais directas para as empresas, e não apenas para os Estados;
4. Tem de assegurar a responsabilidade conjunta e solidária de todas as empresas ao longo da cadeia de valor global, e dos actores envolvidos, incluindo os financeiros;
5. Deve estabelecer um tribunal internacional para julgar e sancionar as empresas envolvidas ou cúmplices com violações dos direitos humanos, como um mecanismo de implementação eficaz que não se baseie em jurisdições nacionais fracas;
6. Os direitos, vozes e exigências dos povos afectados devem estar no centro do processo de negociação e implementação;
7. O futuro tratado deve ser protegido contra a captura de empresas em todas as fases de negociação e implementação.

Para mais materiais e documentos:

- O website do Grupo de Trabalho Intergovernamental encarregado da negociação do tratado da ONU -

<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/WGTransCorp/Pages/IGWGOntnc.aspx>

- Lista de materiais, artigos, documentos políticos e propostas da Friends of the Earth International em torno do processo do tratado da ONU - <https://www.foei.org/un-treaty-tncs-human-rights>

- Uma série de pequenos vídeos para explicar porque precisamos de um tratado vinculativo da ONU e as nossas 7 principais exigências -

https://www.youtube.com/playlist?list=PLzH35chqcNP7N_6PFkFchJAtunquebFp3

- Uma avaliação da última ronda de negociações na ONU e como a COVID impactou o processo - <https://rwr.fm/special-reports/assessment-of-the-sixth-round-of-negotiations-for-the-un-binding-treaty-on-transnational-corporations-and-human-rights/>

- Uma proposta de tratado completa preparada pelos membros da Campanha Global, que contém as propostas concretas que os movimentos sociais e os povos afectados têm defendido no processo do tratado da ONU - https://www.stopcorporateimpunity.org/wp-content/uploads/2017/10/Treaty_draft-EN1.pdf

6. CUIDAR DA NOSSA CASA COMUM E ASSEGURAR AS VOZES DA COMUNIDADE AFRICANA

Padre Germain Rajoelison: SECAM, g.rajoelison@gmail.com

Secretário-Geral Adjunto da SECAM e Director da Comissão de Justiça, Paz e Desenvolvimento da SECAM. O SECAM é o Simpósio da Conferência Eclesiástica de África e Madagáscar.

Começo a minha intervenção recordando a todos uma aprendizagem chave para todos nós a partir da actual pandemia "ninguém se **salva sozinho**". Na mesma linha, a **realidade de uma crise sistémica que ameaça a nossa Casa Comum, que o Papa Francisco elaborou delicadamente, precisa de ser abordada com uma cooperação verdadeiramente transformadora, solidariedade, um modelo de parceria capaz de colocar a subsistência das comunidades mais vulneráveis no centro** da análise, bem como no centro da identificação de soluções (isto conta para a crise ambiental, social, económica, etc...).

Apesar da mensagem de parceria igualitária dos líderes da UE, **existe uma enorme assimetria de dinâmica de poder (institucional) entre a UA e a UE**. Esta diferença de poder contaminou qualquer que tenha sido o resultado desta parceria. Receamos igualmente que continue a contaminar os resultados das estratégias futuras da parceria UE-África, a menos que haja um esforço intencional por parte da UE para pôr em prática mecanismos apropriados para abordar esta questão de frente na própria fundação da parceria.

Em princípio, a parceria visa promover a prosperidade para os dois vizinhos e melhorar a segurança alimentar e nutricional de África, mas a experiência da África ao longo das décadas de colaboração mostra o contrário. Foi isto que tentámos articular e expressar numa declaração conjunta de Dezembro de 2020 que nós, na SECAM, juntamente com outros actores baseados na fé, emitimos juntamente com multidões de OSCs seculares na nossa plataforma informal a que chamamos "A Nossa Terra é a nossa Vida". Ao mesmo tempo que vos encorajamos a dedicar algum tempo ao estudo do conteúdo da declaração; permitam-me aqui sublinhar uma forma como o desequilíbrio de poder se manifesta na implementação da agenda de 9 pontos que os ministros da Agricultura acordaram há alguns anos atrás.

Temos estado a analisar a implementação em curso da agenda de 9 pontos adoptada pelos Ministros da Agricultura da UA da UE em Julho de 2019, e contestamos com grande preocupação que as comunidades locais que nós e os grupos da Sociedade Civil representamos não tenham tido um lugar significativo no processo. Somos de opinião que a parceria UE-África deve ser sobre o seu povo e não deve ser gerida pelas instituições da UE e da UA com prioridades e agenda definidas de cima para baixo. Estamos preocupados com o facto de apenas os empresários agrícolas fazerem parte do processo de implementação e as comunidades agrícolas empenhadas em melhorar e sustentar os seus meios de subsistência rurais serem deixadas de fora. Entretanto, é a elas que a parceria se destina a servir. Como Igreja ligada às comunidades locais, gostaríamos de ver uma abordagem inclusiva, criando especificamente espaços para uma participação significativa das comunidades rurais locais. Insistimos que a partilha do poder é a chave para permitir que a agência das comunidades locais faça parte do processo político. Como comunidades afectadas, estas devem estar sentadas à mesa de negociações, e não ser reduzidas a beneficiários apenas de políticas de cima para baixo e produtos finais de um processo. MISEREOR acaba de publicar um novo relatório que mostra em que condições e como estes agricultores comunitários se estão a envolver e são os verdadeiros defensores da segurança alimentar e nutricional de África; e dos sistemas alimentares agroecológicos sustentáveis.

Finalmente, estamos extremamente gratos que o gabinete de S.E. Josefa Leonel Correa Sacko, a Comissária para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, nos tenha dado a oportunidade de nos encontrarmos com a sua delegada após esta reunião ministerial a 28 de Junho. Precisamos de mais destes espaços para ouvir as vozes das comunidades e das pessoas comuns. Ouvir as comunidades locais pode ser o elo que falta ao paradigma tecnocrático transformador e à amizade universal de que o Papa Francisco fala na sua encíclica Laudato SI e Fratelli Tutti, respectivamente.

CONTACTOS CHAVE

Anne Maina, BIBA/Kenya Biodiversity Coalition anne.maina@kbioc.org

Dr. Million Belay, Coordenador Geral da AFSA million.belay@afsafrica.org

Lungisa Huna, Co-Directora, Assembleia da Mulher Rural lungi@tcoe.org.za

Massa Kone, Porta-voz, CGLTE kmassa26@gmail.com

Erika Mendes, Justiça Ambiental JA! - Amigos da Terra Moçambique erikasmendes@gmail.com

Padre Germain Rajoelison, SECAM, g.rajoelison@gmail.com